

# Violações são registradas em todo o país, diz USP

Um extenso documento de 581 páginas, elaborado por especialistas da Universidade de São Paulo (USP), traça um perfil pouco animador em relação aos direitos humanos no Brasil e arrisca uma conclusão: a ineficácia do Estado diante do aumento da violência gera ainda mais violação de direitos humanos, impunidade e aumenta o sentimento de insegurança e revolta da população. O documento diz ainda que houve um "recesso" nas políticas para a área.

O 3º Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil, que será lançado oficialmente hoje, foi produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV) e pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos (CTV), com a colaboração de organizações governamentais e não-governamentais de todas as regiões do país.

Segundo o relatório, entre 2002 e 2005, todos os estados registraram graves violações, resultado da falta de políticas e de programas de proteção e promoção dos direitos humanos no país. "O quadro pode ser ainda mais grave do que o registrado neste relatório, pois os sistemas de informação na maioria dos estados são bastante precários", diz o documento. Paulo Mesquisa, coordenador do relatório, afirma que "há um recesso no desenvolvimento de políticas de direitos humanos, que contribui para o déficit de democracia e o crescimento da violência, insegurança e injustiça em todas as regiões do país".

Além das poucas ações, o Estado é muitas vezes o autor da violência. Somente nos estados de São Paulo e no Rio de Janeiro, 6.979 pessoas foram mortas por policiais entre 2002 e 2005, sendo 3.970 no Rio. Entre 2004 e 2005 as ouvidorias de polícia de Minas Gerais, Rio e São Paulo receberam 214 denúncias de tortura — 128 em Minas, 18 no Rio e 68 em São

Paulo. "Freqüentemente, o Estado se torna parte do problema", relata o documento.

Um dos problemas que provocaria a violência policial seria a impunidade e o envolvimento de autoridades e dos agentes públicos em graves violações de direitos humanos. Segundo os pesquisadores, os sistemas de segurança, judicial e penitenciário não estão preparados, nem organizados para investigar, processar e julgar casos de violações dos direitos humanos. Os programas nessa área são limitados e ficam aquém da expectativa da sociedade.

Em relação ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos últimos três anos, foram registrados 13.763 denúncias. Segundo o estudo, as autoridades são tolerantes com essa prática. No trabalho infantil, o percentual de crianças entre 10 e 14 anos no mercado de trabalho subiu de 6,6% (2000) para 10,3% (2004).

De acordo com o estudo, 48.374 pessoas morreram vítimas de agressão em 2004, média de 27 por grupo de 100 mil habitantes. Na faixa etária de 15 a 24 anos, foram 18.599 mortes, média de 51 por 100 mil. "A maioria dos homicídios é precariamente investigada e sua autoria permanece desconhecida. Ínfima parte dos responsáveis é denunciada e condenada", frisa o documento.

O ministro Paulo Vannucchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, evitou criticar o estudo da USP, dizendo que o documento e o NEV têm "credibilidade". Em relação às críticas, Vannucchi disse apenas que o relator do estudo, Paulo Mesquita, foi "impreciso" ao comentar a ação do governo federal na área. Segundo o ministro, dizer que as políticas são insuficientes "é quase uma constatação óbvia". O relatório também cita bons exemplos de aperfeiçoamento da polícia em Minas Gerais e em São Paulo.

66

**O QUADRO PODE SER AINDA MAIS GRAVE DO QUE O REGISTRADO NESTE RELATÓRIO, POIS OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA MAIORIA DOS ESTADOS SÃO BASTANTE PRECÁRIOS**

99

*trecho do 3º Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil*